

Concepções de Agricultura e Agricultura Familiar na Psicologia Rural: uma Revisão Integrativa

 Carolina Marinho Marcelo¹,  Verônica Moraes Ximenes²

^{1,2} Universidade Federal do Ceará - UFC. Departamento de Psicologia. Avenida da Universidade, 2762, Benfica. Fortaleza – CE. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: carolinamarinhom@gmail.com

RESUMO. A Psicologia Rural desponta como campo que busca as especificidades das ruralidades no âmbito psicossocial, e vem ganhando corpo com a realização dos Congressos Latino-Americanos de Psicologia Rural (CLAPRU). O objetivo é compreender como estiveram presentes as discussões sobre as concepções de agricultura e agricultura familiar nas três edições do CLAPRU. A metodologia foi a revisão integrativa, sendo analisados 12 trabalhos completos oriundos dos anais dos eventos. As concepções de agricultura e agricultura familiar estiveram relacionadas à diferenciação entre agronegócio e agricultura familiar. O agronegócio foi vinculado à estrutura capitalista e a inúmeros prejuízos sociais e ambientais, enquanto a agricultura familiar foi relacionada a um sistema que opera a partir de relações de coletividade e que traz benefícios integrais nas relações de produção e com o território.

Palavras-chave: agricultura, cultivos agrícolas, psicologia.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 11	e17443	UFNT	2026	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Conceptions of Agriculture and Family Farming in Rural Psychology: an Integrative Revision

ABSTRACT. Rural Psychology emerges as a field that seeks the specificities of ruralities in the psychosocial sphere, and it has been gaining momentum with the Latin American Congresses of Rural Psychology (CLAPRU). The objective is to understand how the discussions about the conceptions of agriculture and family farming were present in the three editions of CLAPRU. The methodology was the integrative revision, were analyzed 12 full papers from the annals of the events. The conceptions of agriculture and family farming were related to the differentiation between agribusiness and family farming. Agribusiness was linked to the capitalist structure and to numerous social and environmental damages, while family farming was related to a system that operates from collective relations and brings integral benefits in production relations and with the territory.

Keywords: agriculture, agricultural cultivation, psychology.

Concepciones de Agricultura y Agricultura Familiar en la Psicología Rural: Revisión Integradora

RESUMEN. La Psicología Rural se presenta como campo que busca las especificidades de las ruralidades en el ámbito psicosocial, y viene ganando impulso con los Congresos Latinoamericanos de Psicología Rural (CLAPRU). El objetivo del trabajo es comprender cómo las discusiones sobre las concepciones de agricultura y agricultura familiar estuvieron presentes en las tres ediciones de CLAPRU. La metodología fue una revisión integradora, siendo analizados 12 trabajos completos de los anales de los eventos. Las concepciones de agricultura y agricultura familiar se relacionaron con la diferenciación entre agronegocio y agricultura familiar. El agronegocio se vinculó a la estructura capitalista y a daños sociales y ambientales, mientras que la agricultura familiar se relacionó con un sistema que funciona en base a relaciones colectivas y con beneficios integrales en las relaciones de producción y con el territorio.

Palabras clave: agricultura, cultivos agrícolas, psicología.

Introdução

A América Latina é marcada pela luta agrária desde a invasão europeia, que a fez serviçal de seus interesses, abrindo suas veias em favor do enriquecimento contínuo dos países que regem o capitalismo central (Galeano, 1988). Por isso, atentar-se às questões da terra e da alimentação nas regiões do Sul Global vai ao encontro dos dizeres de Galeano (1988, p. 19) de que “Recuperar os bens que sempre foram usurpados, equivale a recuperar o destino”, assim como expressa o entendimento de que é necessário que a Psicologia Latino-Americana tome um posicionamento em relação a essas questões, que destroem e reconstróem modos de vida de diversas pessoas em cenários rurais e urbanos dos nossos territórios.

A ideia de questão agrária historicamente abarca as diversas concepções sobre a terra e a produção de vida geradas nas sociedades, no entanto, a partir da mercantilização das relações sociais e de trabalho efetuadas pelo capitalismo, esta passa a circunscrever a dinâmica de disputa engendrada em relação à posse da terra, o que demarca o massacre de concepções originárias da América Latina, envoltas pelo compartilhamento da terra, para predomínio da concepção mercantil extrativista advinda da Europa (Traspadini, 2018). A própria nomenclatura América Latina é violenta, como afirma Traspadini (2018), uma vez que a diversidade do território foi invadida e usurpada em virtude da guerra comercial com o oriente estabelecida pelo ocidente, culminando na transformação da terra em mercadoria privativa.

Traspadini (2018) afirma ainda que a estrutura que concebe a terra enquanto propriedade privada implanta a conformação do combo latifúndio, monocultura e trabalho escravo em nossos territórios, que, uma vez constituído, contracena com as expressões que buscam resistir à hegemonia e padronização desta concepção, moldando-se em lutas sociais pelo direito à terra, travadas pelos povos originários, tradicionais e camponeses. Nesse sentido, temos que a concentração fundiária é a raiz dos confrontos, disputas e mobilização de lutas no campo (Sauer, 2016), utilizando-se de diversas ferramentas, sobremaneira a continuidade da violência, para se manter hegemônica.

Concepções de Agriculturas e Educação do Campo

A experiência brasileira é comum ao que viveu e vive a América Latina, campo de disputas entre os dominadores, com sua própria compreensão de desenvolvimento sustentada

na propriedade privada, e os que herdaram a concepção originária que reconhece e valoriza a diversidade da terra enquanto produtora de vida (Traspadini, 2018). Nesse cenário de conflito, a produção agrícola é central, uma vez que concretiza os investimentos financeiros e implicações socioeconômicas da concepção e modelo de agricultura que se adota. Apresentamos, então, dois modelos de agricultura que sintetizam estas disputas: a Agricultura vinculada ao Agronegócio e a Agricultura Familiar.

O modelo produtivo do agronegócio é herança da concentração e expropriação fundiária, que é, para Sauer (2016), uma configuração, uma concepção de desenvolvimento. Enquanto tal, tem interferido de maneira a transformar o rural, e ganhado força ao ser apoiado por políticas liberais que configuram a estrutura organizativa das sociedades (Migliaro, 2015). Antes de qualquer coisa, a nomenclatura busca remeter à produtividade e avanços tecnológicos e industriais que se apresentam socialmente como benéficos, mas somente servem aos interesses dos grandes proprietários e empresários (Sauer, 2016).

Nesse sentido, Delgado (2012) posiciona o agronegócio na rota do projeto neoliberal, na medida em que adota e se aproveita de uma organização que mantém o poder centrado nas elites agrárias para maximização de seus lucros, defendendo seu significado de desenvolvimento, que se vincula a um projeto político e reivindica políticas públicas. Assim, o agronegócio se estrutura na produção de monoculturas dirigidas à exportação, sobretudo de milho, cana-de-açúcar e soja, utilizando-se de enorme quantidade de fertilizantes, agrotóxicos e modificações genéticas nos cultivos (Santos & Glass, 2018). Erguendo a bandeira da modernização, o setor se coloca como eficiente e avançado, adotando *slogans* como “O Agro é Tudo”, que, disseminados pela mídia hegemônica, faz chegar à população o quanto esse modelo seria positivo, sem mostrar, logicamente, o rastro de morte que se alastra da terra aos oceanos e sobe até a atmosfera, contribuindo com o aprofundamento das mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e o enriquecimento cada vez maior de poucas elites (Santos & Glass, 2018). Pessoa e Rigotto (2012) afirmam que o desenvolvimento do modelo do agronegócio favorece a exploração dos recursos naturais e propicia a proliferação das desigualdades socioeconômicas, além de criar novas necessidades de saúde para trabalhadoras e trabalhadores, principalmente relacionadas à contaminação pelos insumos químicos utilizados.

A agricultura familiar, por sua vez, é entendida por Delgado (2012) como representante do projeto democrático no campo, por sua característica de alternativa ao que é

posto pelo agronegócio, uma vez que sua forma de produção atende ao que se considera como desenvolvimento sustentável. Porém, antes de tratá-la no campo do desenvolvimento rural sustentável, é importante posicioná-la em seu traço de construção de identidade e pertencimento ao território onde se vive e cultiva (Sauer, 2016).

Esse modo de produção tem como foco o bem estar da família, e não a lucratividade, como acontece no agronegócio, sendo que sua organização se estrutura na convivência entre gestão e trabalho, ou seja, são os próprios agricultores que administram seus cultivos (Pasqualotto, Kaufmann & Wizniewsky, 2019), inseridos nos valores relacionados à cultura do grupo a que pertencem (Schneider, 2016). Além disso, segundo afirmam Pasqualotto et al. (2019), a expressão agricultura familiar é herança do camponês, cuja existência remete às disputas pela terra na esfera da questão agrária, configurando-se como modo de vida por sua preservação e valorização de saberes tradicionais; e, na mesma medida, abarca diversas presenças no campo, como indígenas, populações negras, posseiros e a categoria dos pequenos agricultores.

O aspecto rural da agricultura familiar reivindica o retorno e permanência na terra, estabelecendo uma vivência no campo e na vida que nele se constrói ligada a uma dinâmica que se configura em torno desse modelo de produção, envolvendo as relações que se constituem naquele espaço e entre as pessoas que o povoam (Wanderley, 2009). Logo, a partir das representações dessa categoria, a agricultura familiar é entendida também enquanto modo de vida (Lima, Silva & Iwata, 2019), que transporta e movimenta valores e identificações sustentadas em uma relação com a comunidade e a família, que dão sentido às atividades laborais realizadas; ou seja, “... uma forma de identidade própria, distinta pelo fato de estar atrelada a um significado de vida, um senso de pertencimento a um grupo que se enxerga como produtor de alimentos” (Dalmoro et al., 2017, p. 97).

Além da pluralidade de existências que constituem esse modelo de agricultura, é importante situá-lo em sua relevância na produção mundial de alimentos. Em síntese realizada por Schneider (2016) a partir de dados internacionais, a estimativa é de que esse modelo de agricultura é responsável por pelo menos 80% dos alimentos consumidos, sendo fundamental e estratégico para a segurança alimentar de pessoas por toda a terra. Nesse sentido, a agricultura familiar se refere a variados significados dados pelos diversos segmentos que a compõem, ao mesmo tempo que conjuga a pertinência de viabilizar segurança alimentar para pessoas e comunidades. Logo, a agricultura familiar é comumente posicionada como

alternativa ao agronegócio, pelos baixos danos provocados à natureza e enfrentamento às desigualdades econômicas promovidos pela sua prática (Pasqualotto, Kaufmann & Wizniewsky, 2019).

A América Latina, que sofre com os efeitos econômicos, sociais e ambientais da globalização, tem na agricultura familiar uma potência, primeiro porque esses estabelecimentos captam muito trabalho e mão de obra dentro do setor agrícola, e segundo, porque “As comunidades rurais em que se verifica a presença da agricultura familiar possuem vida social ativa, que, muitas vezes, reflete-se em dinâmicas locais virtuosas” (Schneider, 2016), inclusive com a redução da pobreza e melhora nos índices econômicos e sociais. A região também tem adotado políticas públicas que incentivam e beneficiam aqueles que vivem dessa agricultura, apesar das contradições e lacunas que se impõem na efetividade desses projetos (Schneider, 2016).

Em relação à Educação do Campo, Molina e Freitas (2011) apontam que esta tem vinculação direta ao meio rural brasileiro, fazendo frente a uma luta que envolve o acesso ao conhecimento e a direitos, desde a terra à educação. Nesse sentido, para as autoras, esta área responde às particularidades das desigualdades históricas para a classe trabalhadora do campo e, portanto, demanda um projeto político com vistas à transformação social.

A Educação do Campo, enquanto radicalidade pedagógica oriunda dos movimentos sociais, tem origem na crítica à forma da educação no Brasil, e, mais especificamente, à disputa de projetos de campo em nosso país (Caldart, 2009). Nesse sentido, ao afirmar e lutar por uma concepção de educação, também o faz por uma concepção de campo e de desenvolvimento no campo (Caldart, 2009). Santos, Paludo e Oliveira (2010) posicionam as direções de desenvolvimento da agricultura capitalista e da agricultura camponesa. A primeira, segundo os autores, aborda o campo como lugar de atraso e que deve se tornar lugar de negócios, enquanto a segunda trata o campo como lugar de produção de vida, cultura e alimentos. É nesse sentido que afirmam que a concepção de educação é refletida pela compreensão do campo.

Caldart (2009) aponta que os referenciais marxistas da Educação do Campo dão centralidade à relação entre a educação e a produção, assim, é fundante refletir a prática social como formadora dos sujeitos enquanto humanos. Portanto, a autora reforça que é de estimada relevância a reflexão acerca dos conhecimentos subordinados à lógica da agricultura industrial, e aqueles que buscam uma lógica de agricultura que tem por base a cooperação, a

soberania alimentar e a agroecologia. Nesse sentido, existe um vínculo entre a Educação do Campo e o projeto de agricultura camponesa, relacionado à capacidade de ação política de sujeitos que enfrentem as contradições da realidade para o fortalecimento das elaborações de seus interesses políticos e sociais (Caldart, 2009). Logo, uma vez que o trabalho é compreendido como produção da vida, é também visto como humanizador; assim, a Educação do Campo, e a concepção de agricultura à qual se vincula, é compreendida como um projeto de formação humana, que produz vida com dignidade (Santos, Paludo e Oliveira, 2010).

O Campo da Psicologia Rural

Inseridas em um campo de disputas, temos que essa oposição entre os modelos e concepções de agricultura tem implicações objetivas para as populações que exercem atividade laboral nesse campo ou consomem os produtos que vem de uma ou de outra, além do ponto em que afeta todas as pessoas diretamente com o agravamento da crise climática no planeta. Diante disso, e considerando a dimensão que as questões relacionadas às ruralidades vêm tomando, tornou-se necessária a movimentação da psicologia para buscar recursos que pudessem minimamente acolher e oferecer ferramentas aos conteúdos e demandas que ali se apresentam em suas complexidades e dinâmicas específicas.

A Psicologia Rural é criada como campo de estudo por meio do qual profissionais da psicologia podem se deparar com as especificidades das dinâmicas das ruralidades no âmbito psicossocial, e, nesse sentido, abarca uma flexibilidade em relação às questões que pode abranger, a saber, as próprias do campo rural, as que nele ganham singularidade, e os problemas e tensões que envolvem a generalização de teorias psicológicas constituídas no cenário urbano quando levadas ao rural (Landini, 2015).

Portanto, entende-se que não há uma delimitação de fronteira quando a temática é a Psicologia Rural, tão logo esta não seja considerada uma subdisciplina; o que há é, como dito por Landini (2015), o interesse ao direcionamento da Psicologia, enquanto ciência e profissão, perante as experiências construídas na vivência dos espaços rurais.

Para Landini (2015) e Migliaro (2015), a demanda pela composição desse campo resulta da necessidade de ferramentas para o trabalho da Psicologia em campo rural, uma vez que, enquanto disciplina, a Psicologia se criava em espaços urbanos e direcionava sua atuação aos problemas que ali se dilatavam. Nesse sentido, Migliaro (2015) nos traz o entendimento de que a Psicologia Rural está relacionada a um posicionamento teórico e técnico do fazer da

profissão frente às especificidades que compõem as ruralidades, e, nessa rota, é constituída em grande medida pela Psicologia Comunitária.

Esta, enquanto proposta latino-americana com berço nas crises geradas pelos problemas sociais da região, tem por paradigmas a historicização da Psicologia e a busca pela autonomia de seus povos, bem como a compreensão dinâmica e dialética dos sujeitos (Nepomuceno et al., 2008). Segundo Góis (2005), a Psicologia Comunitária é uma área da Psicologia Social da Libertação que surge da contestação de um fazer psicológico descontextualizado da realidade dos sujeitos, e que atua visando mudanças na sociedade, ou seja, busca entender as opressões que atravessam o cotidiano das populações empobrecidas para então construir bases para que essas situações sejam transformadas. Em relação ao trabalho da Psicologia com ruralidades, a Psicologia Comunitária foi pioneira no Brasil e no estado do Ceará, com os trabalhos desenvolvidos por Góis (2005).

Portanto, quando a Psicologia Rural é concebida, é pensada justamente para buscar atender as demandas das populações rurais a partir de suas singularidades, e, através dessa faceta, a entendemos enquanto um posicionamento teórico, técnico, e, concretamente por isso, político. Por essa característica, a Psicologia Rural deve estabelecer diálogo constante com outras áreas do conhecimento, não se desviando de inquietações e críticas, e se construindo frente aos problemas constantes que as singularidades das ruralidades despertam (Migliaro, 2015).

Entendendo que a atenção da Psicologia à ruralidade se deu pelo fato de esta ciência ser eminentemente urbana (Landini, 2015), considerando o movimento de crise provocado pelas críticas à psicologia social na América Latina, do qual a psicologia comunitária faz parte enquanto práxis que objetiva a libertação das populações (Nepomuceno et al., 2008), percebemos que à Psicologia Rural é estruturante pensar as relações que se colocam a partir das práticas da agricultura, uma vez que esta dá corpo às intervenções realizadas na terra e na nossa construção subjetiva enquanto povo marcado pela opressão colonizadora. Logo, destaca-se a abordagem comunitária que deve ser voltada a esses contextos, para que as práticas psicológicas sejam orientadas por uma atuação ética e política (Moura Jr. et al., 2019).

Para Martín-Baró (1996), é necessário o questionamento acerca do objetivo do exercício da Psicologia para que esta se posicione contra os interesses da ordem social hegemônica e a favor das causas populares, e, para a Psicologia Comunitária, é urgente se

impor frente à violência, opressão e subserviência calcadas pela organização capitalista (Nepomuceno et al., 2008). A Psicologia Rural na América Latina se apresenta com um tom de aposta que visa a concretude de transformações construídas em conjunto, gestadas a partir da crítica que deve se manter presente na práxis psicológica, em constante atenção às tensões e confrontos que o próprio quefazer nos demanda sustentar. Nesse sentido, espaços formativos e de diálogo são imprescindíveis, ainda que não suficientes, para a conformação desse campo.

História dos Congressos Latino-Americanos de Psicologia Rural (CLAPRU)

O Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural (CLAPRU) foi idealizado a partir da necessidade de encontro e agrupamento que a abordagem da psicologia frente ao rural demandava, considerando a pouca visibilidade da perspectiva das ruralidades no âmbito de formação e pesquisa. Logo, a partir de 2010, começou-se a busca de sistematização com a moldagem e apreensão do rural enquanto pluralidade (IV Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural [IV CLAPRU], 2022).

A primeira edição do evento foi organizada em 2013, em Posadas, na Argentina, e teve por tema geral “Construindo uma psicologia para o desenvolvimento social e produtivo no âmbito rural” (IV CLAPRU, 2022). O congresso contou com 500 participantes, sendo 153 trabalhos contabilizados. Em 2016, a segunda edição do Congresso foi sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, com o tema geral “Desafios na Construção de uma Abordagem Psicossocial das Ruralidades” (IV CLAPRU, 2022). Segundo informações do congresso, participaram 600 pessoas.

O terceiro CLAPRU aconteceu em Bogotá, na Colômbia, em 2019, e teve como tema geral “Tecendo redes, aprofundamos nossos saberes e fortalecemos nossas práticas”. Este aconteceu concomitantemente ao quarto Encontro Latino-americano de Extensão e Desenvolvimento Rural, e reafirmou a relevância da temática na região, já com um tom de fortalecimento do que vinha sendo construído. Foram apresentados 127 trabalhos nesta edição e 400 pessoas participaram do evento, e dele resultou também a criação da Rede Latino-Americana de Psicologia Rural (IV CLAPRU, 2022).

A quarta edição do congresso ocorreu em 2022, novamente no Brasil, desta vez no estado do Amazonas (IV CLAPRU, 2022). Levando em consideração o cenário de emergência climática que pressiona os governos em escala mundial, e tensão política no

Brasil, em decorrência dos interesses reacionários defendidos e postos em prática pelo então governo de Jair Bolsonaro, com a destruição da Amazônia como pauta diária, o evento acontecer no Amazonas é antes de tudo um posicionamento político, o que demanda mais uma vez que a Psicologia Rural na América Latina sustente sua postura em relação ao que deve fazer, defender e criar em seus estudos, pesquisas e atuações. A pesquisa não incluiu esta edição do evento por ter sido desenvolvida antes de sua realização.

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica a partir do questionamento de como aparecem as concepções de agricultura e agricultura familiar nas edições do CLAPRU, levando em consideração o caráter político dessas lógicas e suas implicações sociais. A busca pelos termos “agricultura” e “agricultura familiar” se justifica na medida em que consideramos desde o início da pesquisa o segundo termo como relevante, e procuramos que outra concepção apareceria somente com o termo “agricultura”.

No terceiro congresso, pesquisadoras do Rio Grande do Norte já fizeram uma busca acerca de como uma temática, a sustentabilidade, aparecia no evento, a partir das experiências de profissionais da psicologia (Leite et al., 2019). Logo, a abrangência do CLAPRU possibilita a identificação de um panorama da América Latina. Assim, este trabalho tem por objetivo compreender como estiveram presentes as discussões sobre as concepções de agricultura e agricultura familiar nas três edições do CLAPRU.

Metodologia

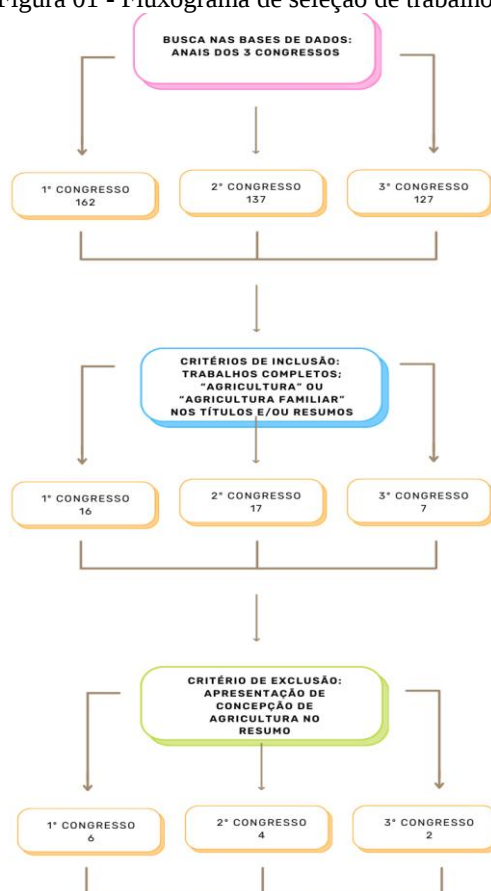
Esta pesquisa é qualitativa, realizada a partir de análise documental. Tal perspectiva, enquanto técnica, busca realizar uma sistematização das informações com o objetivo de construir relações e correlações com outras fontes (Souza, Kantorski & Luis, 2011). Combinada à posterior categorização, apresentada adiante, este trabalho se caracteriza enquanto revisão integrativa. Nesse sentido, procuramos como as discussões sobre as concepções de agricultura e agricultura familiar estiveram presentes nos 3 Congressos latino-americanos de Psicologia Rural a partir dos anais dos eventos.

A busca se deu desde a localização desses anais, sendo que houve uma dificuldade para encontrar os arquivos do primeiro e segundo congressos, dado que somente as produções do terceiro estavam sistematizadas em um único arquivo PDF. Dos dois primeiros eventos não há um documento específico com os anais, somente pastas no *Google Drive* com cada trabalho separadamente. Além disso, em uma dessas pastas existem outros arquivos referentes

a mesas que ocorreram nos eventos, o que demandou um maior cuidado em relação à identificação e contagem dos trabalhos.

Após esta identificação, os critérios de inclusão foram: primeiro, ser um trabalho completo e, segundo, a presença da palavra “agricultura” no título e/ou no resumo no trabalho. Após este filtro, encontramos 40 trabalhos. Em seguida, o critério de exclusão aplicado foi a apresentação de uma concepção de agricultura e/ou de agricultura familiar no resumo, de maneira que encontramos 12 trabalhos, que compõem a análise desta pesquisa. Foram considerados trabalhos nos idiomas português e espanhol. A Figura 1 apresenta o procedimento de busca e seleção dos trabalhos completos.

Figura 01 - Fluxograma de seleção de trabalhos



Fonte: Elaborada pelas autoras.

O procedimento seguinte foi a leitura flutuante do material e posterior categorização e análise segundo a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), a partir de inferências e interpretação. No escopo da pesquisa qualitativa, a Análise de Conteúdo corresponde à aplicação de técnicas que buscam descrever e interpretar comunicações, e, associada à análise

documental, permite a síntese de informações para a apresentação de uma ampliação acerca do que está sendo transmitido (Bardin, 2011). Para melhor identificação e análise, os trabalhos selecionados foram codificados a partir da ordem de seleção e edição do CLAPRU a que pertencem. A título de exemplificação deste sistema, o primeiro trabalho selecionado do primeiro congresso foi codificado como T1/C1, e assim, sucessivamente. Não foi realizada avaliação por pares ou dupla codificação.

As categorias definidas foram: Agronegócio e Agricultura Familiar, pensadas a partir do objetivo deste artigo. A primeira diz respeito aos aspectos que se relacionam à caracterização do modelo produtivo do agronegócio e suas implicações, e a segunda se refere à especificação do modelo da agricultura familiar.

Resultados e Discussão

Os 12 trabalhos analisados serão apresentados a partir das informações de cada congresso e deles também será realizada uma síntese geral. Na Tabela 1, a seguir, encontramos 6 trabalhos, sendo o maior quantitativo entre os selecionados. É importante destacar que 5 trabalhos foram resultados de pesquisa, 4 foram no idioma Espanhol e estiveram distribuídos igualmente enquanto produções de universidades e órgãos governamentais, sendo 2 trabalhos advindos da Agronomia. Observamos a variedade de áreas do conhecimento que fizeram discussões que envolviam concepções de agricultura no I CLAPRU, o que demonstra o engajamento na construção do que seria a Psicologia Rural e a amplitude de aspectos que ela deve considerar.

Tabela 01 - Caracterização do I Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural

Eixo temático/ Caracterização	Diálogos entre as ciências sociais e psicologia rural	Gênero e Psicologia Rural	Psicologia, Extensão, Desenvolvimento Rural e Cooperativismo	Psicologia Rural e Saúde	Psicologia Rural, Sustentabilidade e Problemática Ambiental
Tipo de Trabalho					
Teórico	1	0	0	0	0
Resultado de Pesquisa	0	1	2	1	1
Idioma					

Espanhol	1	1	2	0	0
Português	0	0	0	1	1
Instituição de origem do trabalho					
Universidade Pública	1	0	0	1	1
Universidade Privada	0	0	0	0	0
Órgão governamental	0	1	2	0	0
Área do conhecimento					
Sociologia	1	0	0	0	0
Agronomia	0	1	1	0	0
Comunicação Social	0	0	0	0	1
Psicologia	0	0	0	1	0
Geografia	0	0	1	0	0

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Já no segundo congresso, apresentado a seguir na Tabela 2, encontramos 4 trabalhos. Destacamos 2 trabalhos enquanto resultados de pesquisa, 3 no idioma Português e a produção ter sido exclusivamente de universidades públicas. Além disso, 2 dos trabalhos se vinculam à área da Psicologia. Observamos uma menor pluralidade de áreas de conhecimento e temos também a preservação da discussão em relação à concepção de agricultura no eixo de gênero, além da presença de um eixo específico para movimentos sociais e populações tradicionais. Nesta seleção de trabalhos, o II CLAPRU foi o único entre os congressos que apresentou um relato de experiência.

Tabela 02 - Caracterização do II Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural

Eixo Temático/ Caracterização	Agricultura familiar, extensão rural e trabalho rural	Educação do campo	Gênero e geração	Movimentos sociais, grupos étnicos e povos tradicionais
--	--	------------------------------	-----------------------------	--

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 11	e17443	UFNT	2026	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------

Tipo de Trabalho				
Teórico	0	0	0	1
Resultado de Pesquisa	0	1	1	0
Relato de Experiência	1	0	0	0
Idioma				
Espanhol	1	0	0	0
Português	0	1	1	1
Instituição de origem do trabalho				
Universidade Pública	1	1	1	1
Universidade Privada	0	0	0	0
Órgão governamental	0	0	0	0
Área do conhecimento				
Psicologia	1	0	1	0
Ciências Agrícolas	0	1	0	0
História	0	0	0	1

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Seguindo a Tabela 3, apresentada abaixo, no terceiro congresso foram selecionados somente 2 trabalhos, sendo o menor número dentre as edições analisadas do CLAPRU. Um desses trabalhos é teórico, enquanto o outro é resultado de pesquisa; um deles é no idioma espanhol e o outro em português; e sublinhamos a presença pela primeira vez de um trabalho oriundo de uma instituição privada. Ademais, a Psicologia foi a única abordagem para a discussão procurada.

Tabela 03 - Caracterização do III Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural

Eixo Temático/Categorização	Psicologia, Ambiente e Sustentabilidade	Saúde e Contextos Rurais
Tipo de Trabalho		
Teórico	0	1
Resultado de Pesquisa	1	0
Idioma		
Espanhol	1	0
Português	0	1
Instituição de origem do trabalho		

Universidade Pública	0	1
Universidade Privada	1	0
Órgão governamental	0	0
Área do conhecimento		
Psicologia	1	1

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Na condensação apresentada abaixo na Tabela 4, temos que os países que realizaram os trabalhos foram Brasil, Argentina e Peru. Destacamos a predominância de trabalhos sediados em seus próprios países: 4 dos trabalhos argentinos datam do primeiro congresso, quando o evento foi realizado na Argentina, e 3 dos trabalhos brasileiros são referentes à segunda edição, quando ocorreu no Brasil. Apesar da pequena amostra representada, tal predomínio leva à reflexão da barreira de acesso ao evento, em relação ao investimento financeiro que representa o trânsito necessário à participação de eventos científicos para pesquisadoras, profissionais e estudantes, principalmente quando não há financiamento ou ajuda de custo para esse deslocamento. Por outro lado, a alternância no lugar de realização do evento possibilita um panorama das produções inclusive do país que o sedia, o que representa uma ferramenta de compilação de experiências, o que é objetivo de um evento científico.

Tabela 4 - Síntese da caracterização dos três Congressos Latino-Americanos de Psicologia Rural

Congressos/Caracterização	I	II	III
País			
Brasil	2	3	1
Argentina	4	1	0
Peru	0	0	1
Área do Conhecimento			
Ciências Humanas	4	3	2
Ciências Agrárias	2	1	0
Tipo de trabalho			
Teórico	1	1	1
Resultado de Pesquisa	5	2	1
Relato de Experiência	0	1	0
Eixo Temático			
Saúde	1	0	1
Gênero	1	1	0
Sustentabilidade	1	0	1
Extensão rural	2	1	0
Educação do campo	0	1	0
Movimentos Sociais	0	1	0
Diálogo entre Psicologia Rural e Ciências Sociais	1	0	0
Instituição de origem			
Universidade Pública	3	4	1
Universidade Privada	0	0	1
Órgão governamental	3	0	0

Dentre as pesquisas realizadas no Brasil, 4 são do Sudeste, sendo 1 em Minas Gerais, 3 no Rio de Janeiro e 2 no Nordeste, localizadas no Rio Grande do Norte e no Ceará. Em relação à área dos estudos, considerando a formação da primeira autora de cada trabalho, todas estavam relacionadas às ciências humanas e agrárias, o que é importante considerando a abrangência da Psicologia Rural. Logo, é de grande importância o congresso ser um espaço de diálogo entre pesquisadoras, profissionais, técnicas e estudantes. No entanto, cabe o questionamento e reivindicação de uma maior estruturação da Psicologia Rural em estudos da psicologia, de modo que possa haver um suporte teórico e metodológico para psicólogas que atuam neste campo.

Sobre o tipo de trabalho, a Tabela 4 nos expõe a predominância de 8 trabalhos de relatos de pesquisas, seguida de trabalhos teóricos e relatos de experiência. Pontuamos a baixa presença de relatos de experiência, o que é um indicador para refletirmos acerca da atuação em contextos rurais e na agricultura familiar, bem como na área do agronegócio. Em relação às pesquisas, o método foi qualitativo (8), e o instrumento utilizado na maior parte delas foi o da entrevista (7), sendo que uma (1) utilizou a cartografia da ação social. Uma das pesquisas foi de caráter documental (1). Pontuamos a relevância da realização de estudos quantitativos sobre a questão, uma vez que é importante abordar os impactos das concepções e lógicas da agricultura por meio de informações generalizáveis. Além disso, é válido sublinhar que, considerando o apagamento e homogeneização promovidos pelo agronegócio, torna-se extremamente importante a apresentação de informações quantitativas acerca da agricultura familiar, dada a constatação de seus impactos positivos em relação à produção de alimentos para a população e sua organização de base coletiva.

Com relação aos eixos aos quais os trabalhos foram vinculados, aquele denominado extensão rural foi o que apresentou maior frequência de produções (3), seguido de saúde, gênero e sustentabilidade, cada um com 2 trabalhos. Além disso, estes são os únicos eixos que reincidem dentre os congressos no que diz respeito à referência a uma concepção de agricultura.

Dos 12 trabalhos, um total de 11 foram realizados por instituições públicas, sendo 8 de universidades e 3 de setores vinculados ao governo do país, e apenas 1 realizado por uma universidade privada, o que revela maior interesse público na temática. Tal questão pode ser

abordada a partir do apontamento de que as instituições públicas, principalmente no âmbito universitário, vêm procurando aproximar-se das demandas sociais.

A partir do que trazem os trabalhos completos dos congressos, serão analisadas as concepções de agricultura a partir dos modelos produtivos do agronegócio e da agricultura familiar. Logo, as categorias definidas propõem articular o que foi encontrado nas três edições do CLAPRU.

Agronegócio

Todos os 12 trabalhos valoram o agronegócio enquanto modelo que traz um conjunto de prejuízos às pessoas e territórios. Como explicitado, o agronegócio é o modelo hegemônico de produção agrícola, tomando espaço de cultivo por todo o planeta a partir da globalização, sendo por isso importante representante dos interesses do capital no campo, na medida em que instaura e impõe a reprodução de práticas que objetivam lucros cada vez maiores sem responsabilização das implicações resultadas, e centraliza a produção global em um pequeno número de corporações que dominam os mercados internacionais (Santos & Glass, 2018).

Nesse sentido, essa concepção é apontada como capitalista e mantenedora de um formato produtivo que gera conflitos no campo e invisibiliza a agricultura familiar, como trazido pelos trabalhos T6/C1 e T3/C2. Os intensivos processos de urbanização e especulação imobiliária nas cidades aparecem como integrantes da concepção que sustenta o agronegócio enquanto modelo hegemônico, minando o espaço de agricultores familiares que trabalham com pequenos lotes de terra.

Os trabalhos T1/C1, T3/C1 e T2/C2 fazem uma abordagem dos problemas ambientais que esse modelo acarreta, na medida em que essa concepção, justamente por visar uma produtividade e lucro cada vez maiores, adota técnicas que prejudicam a integralidade dos alimentos e da terra onde se produz, provocando um desequilíbrio ambiental e social que precisa ser enfrentado.

Nesse mesmo horizonte, T5/C1 e T2/C3 assinalam as problemáticas relacionadas à saúde trazidas por esse modelo, que além de adoecer os sujeitos a partir da desvinculação que promove da relação das pessoas com a terra, os afeta a partir da própria questão agrária que desampara política e economicamente a produção familiar, junto às violações de direitos no

cenário de lutas sociais, desapropriações e invasões de terras realizadas em nome dos interesses do agronegócio.

O agronegócio é controlado por grandes conglomerados internacionais que dominam o mercado e buscam cada vez mais terras para a produção de *commodities* e também para a especulação financeira (Santos & Glass, 2018) e, nesse sentido, avançam ferozmente sob biomas e territórios, utilizando-se de sua primazia para uma maior expansão, que leva consigo o lastro de contaminação dos seres vivos por agrotóxicos, a destruição ambiental e o aprofundamento dos conflitos agrários.

Por sua vez, os trabalhos T4/C1 e T1/C2 apontam possibilidades para a alteração da comercialização em mercado e incorporação de tecnologias, uma vez que a lógica do agronegócio impõe uma maneira única de realização do processo produtivo, centrada na ausência de vinculação entre produtores e consumidores e desprezo às especificidades da demanda de cada cultivo, homogeneizando a produção. Logo, os trabalhos indicam uma alternativa viável para a agricultura familiar a partir da prática de feiras e a incorporação de tecnologias adequadas às necessidades dos produtores.

Os trabalhos T2/C1 e T1/C3 focam nas percepções de produtores da agricultura familiar a respeito da sua produção, e apontam que os valores coletivistas e com ênfase na família e na contribuição junto à comunidade e/ou associação comunitária é positiva frente a uma perspectiva individual e com objetivo maior de lucro. Nesse sentido, o lucro não é negado enquanto importante fator da produção, mas outros aspectos são abordados com tão ou maior importância, como o compartilhamento de apoio entre a família e comunidade, em rede dialógica e cooperativa que se constitui no território.

O trabalho T4/C2 traz a temática dos Movimentos Sociais do Campo, especificamente do Movimento dos Pequenos Agricultores, e os posiciona como enfrentamento à lógica do agronegócio, na medida em que contestam a primazia do capitalismo na esfera agrária reivindicando uma autonomia em relação ao capital, sobrepondo a ele questões como a soberania alimentar, a reforma agrária, a qualidade de vida e uma configuração comunitária das produções e relações no campo. Cabe acrescentar que, no Brasil, país de origem deste trabalho, além do período ditatorial, houve intensa coibição das organizações que lutavam pelo direito à terra por meio da defesa dos interesses de grandes produtores no país, onde observamos que, ainda no primeiro mandato de Lula na Presidência do Brasil, tivemos a articulação da Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados, que, frente ao diálogo do

governo com os movimentos sociais, se utilizou da legislação para criminalizá-los e interferir em questões relacionadas ao reconhecimento de territórios das populações originárias (Sauer, 2016). Nesse sentido, essa bancada vem até hoje utilizando sua influência para a defesa de seus interesses, que envolvem a negação e marginalização da agricultura familiar, das populações originárias e dos Movimentos Sociais do Campo.

Percebemos que a maioria dos trabalhos aponta que o agronegócio modifica as relações no campo de maneira a alterar os modos de viver, configurações e tradições que constituíam esse espaço, fazendo nele uma reconfiguração da existência, modificando as relações estabelecidas com o território e entre as pessoas (Migliaro, 2015). Apesar desse posicionamento, cabe trazer que não há uma discussão aprofundada a respeito da configuração do agronegócio: sua concepção é diretamente relacionada ao capitalismo e são elencadas várias de suas práticas e implicações, colocadas como opostas ao desenvolvimento sustentável, mas não é feito um esmiuçamento a respeito de sua estrutura histórica e como se organiza e configura a produção agrícola, ou seja, não há um aprofundamento a respeito do arranjo do agronegócio enquanto estrutura que organiza e determina intencionalmente saúde, territórios, organização política, sustentabilidade ou insustentabilidade e as subjetividades que se constroem nesses cenários.

Apesar disso, há nitidamente um posicionamento contrário a esse modelo, e isso indica que há uma abordagem focada no enfrentamento a seus efeitos nos contextos rurais e urbanos, mirando nas potencialidades observadas nas práticas que se vinculam à agricultura familiar. Ainda assim, seria importante a realização de uma articulação que fizesse o entrelaçamento direto da organização capitalista com a história colonial da América Latina, amarrando as mazelas da questão agrária que assolam nossos territórios, no sentido de apontar quão primordial é a reflexão e ação frente à organização produtiva de nossa sociedade.

Galeano (1988) declara a questão da terra como estruturante e fundante da exploração da América Latina, determinando nossa região como serviçal dos interesses e arroubos vorazes dos que regem o capitalismo central. Nesse sentido, não há questão nesse território que não perpassa esta exploração: os cárceres que sustentam os assaltos a que somos submetidos tem relação direta com nossa mazela erguida pelo imperialismo, e, assim, enfrentar a conformação desse sistema é necessariamente chacoalhar as bases da nossa configuração agrária. Por isso, discorrer sobre a concepção de agricultura é afirmar nossa história de violência, e também calcar caminhos para afrontá-la.

Agricultura Familiar

Ao passo em que todos os trabalhos dos Congressos apontam o agronegócio como prejudicial, todos posicionam a agricultura familiar enquanto benéfica e alternativa de resistência, uma vez que parte de uma concepção de produção distinta em objetivo e reprodução. De início, cabe explicitar que a maioria dos trabalhos não traz uma conceituação específica de agricultura familiar, tomando-a como um fenômeno sob o qual paira um reconhecimento e identificação imediatos. São apontadas algumas características da produção, centrada na unidade familiar e com objetivo de subsistência, mas não há, assim como no agronegócio, uma apresentação de sua configuração.

Reivindicar estas concepções seria importante porque, por exemplo, no Brasil, o conceito de agricultura familiar envolve, dentre outros pontos, o limite de propriedade de 4 módulos fiscais, sendo que o módulo fiscal é medido em *hectare*, e não há um padrão de hectares nacional, sendo portanto definido por cada município; logo, dentro de um mesmo país existem classificações distintas que definem uma propriedade como pertencente ou não à agricultura familiar (Pasqualotto et al., 2019). Além disso, e mais importante, é que, enquanto campo de práxis, possamos ter ciência das tensões que habitam os conceitos que organizam nossos espaços de atuação, de maneira que haja a compreensão acerca dos projetos em que nos inserimos.

O trabalho T3/C1 traz uma questão pertinente, apresentando uma tentativa de aproximação da agricultura familiar com uma prática conservadora, resistente à introdução de tecnologias e modernização no campo, como se nela houvesse uma espécie de aversão ao progresso. Nesse sentido, a oposição a essa ideia é feita a partir da representação da agricultura familiar enquanto uma lógica própria, que se vincula a uma relação colaborativa com a natureza, o que estaria vinculado a uma possibilidade de desenvolvimento sustentável.

Os trabalhos T4/C1 e T1/C2 apontam possibilidades de organização da agricultura familiar dentro de um mercado orientado por uma configuração própria, onde as tecnologias são incorporadas de acordo com a demanda dos agricultores e agricultoras e inclusive por eles produzidas, criando assim um espaço de geração de renda e compartilhamento de experiências entre produtores que se identificam em suas necessidades. A comercialização também é abarcada por essa organização, uma vez que a própria produção envolve a coletivização do processo, logo, também compreende relações próximas entre quem produz e quem consome.

A agroecologia é tratada diretamente pelos trabalhos T1/C1, T1/C2, T2/C2 e T3/C2, que a apontam como ferramenta potencializadora da agricultura familiar, na medida em que se constitui enquanto estrutura e organização da produção embasada na qualidade da relação com o ecossistema, com os seres vivos onde se produz e os alimentos cultivados; e o respeito à singularidade local do território e aos conhecimentos populares nele produzidos.

Logo, a agroecologia tem relação com o modelo camponês por centrar na solidariedade e igualdade, representando uma concepção de produção que abrange qualidade, e não quantidade, em todas as relações estabelecidas, sendo associada também à recuperação de uma identidade usurpada pela industrialização, e, portanto, a um sentido de luta. O trabalho T2/C2 ressalta a importância da incorporação da temática na matriz curricular formativa de técnicos em agropecuária, dado que a formação tem orientado a manutenção do modelo do agronegócio e decretado a insustentabilidade da agricultura familiar, econômica, social e ambientalmente, sendo importante reafirmar a viabilidade de uma produção socialmente justa e que responda às especificidades locais.

Os trabalhos T2/C1 e T3/C2 enfocam a perspectiva de mulheres frente à produção, onde a agricultura familiar, no primeiro, e a agroecologia, no segundo, aparecem como marcas importantes para a constituição de redes de apoio. Além disso, o trabalho T3/C2, que segue a perspectiva de luta da agroecologia, aponta que deve haver um questionamento a respeito das relações de gênero e ideal de família do campesinato e da agricultura familiar, que não poucas vezes reproduzem a invisibilidade das mulheres na agricultura e condizem com a sua sobrecarga doméstica.

Com uma ligação mais direta com a saúde, os trabalhos T5/C1 e T2/C3 apontam como a relação com a terra se vincula à qualidade de vida, uma vez que os alimentos e modos de vida que se constituem a partir da agricultura familiar são favoráveis a uma vivência positiva, condizentes com as premissas de cuidado em saúde e qualidade de vida das populações. O trabalho T2/C3 retrata como a agricultura familiar deve ser resgatada e defendida enquanto modelo alimentar para as próprias comunidades rurais, que têm sido amplamente afetadas pela propagação do estilo de vida preconizado pelas grandes corporações, das quais o agronegócio faz parte.

Os trabalhos T6/C1 e T4/C2 apresentam a agricultura familiar como resistência aos constantes apagamentos realizados pelo agronegócio, relação dada a partir da característica da atividade agrícola familiar, uma vez que apesar dos conflitos de desapropriação de terras e

invisibilização, agricultoras e agricultores seguem com seu modo de vida. O trabalho T4/C2, a partir da apresentação do Movimento dos Pequenos Agricultores, nos afirma o caráter de luta da agricultura familiar, que é feita de bandeira para reivindicações políticas coletivas, sobremaneira a partir da demanda de políticas públicas voltadas ao setor.

O trabalho T1/C3 relaciona as práticas e produtos da agricultura familiar às metas e valores entendidos como bem estar por agricultores, na medida em que é desejada uma relação positiva com a família e comunidade, no sentido de compartilhamento entre a coletividade. O trabalho relaciona ainda a positividade do apoio agrícola, ou seja, do fato de a existência de investimentos públicos para o incentivo da agricultura familiar colaborar inclusive com a saúde de produtores, o que também é apontado pelos trabalhos T2/C1 e T5/C1.

É importante pontuar que a maioria dos trabalhos apresentou uma concepção de agricultura familiar associada à possibilidade de alcance de um desenvolvimento sustentável. Para Pasqualotto et al. (2019), a sustentabilidade é justificada como prática de redução de danos em relação às intervenções humanas que vêm gradativamente destruindo o planeta, e se apresenta por duas vertentes: uma que afirma que o crescimento econômico deve continuar, e por isso as intervenções devem ser realizadas tendo em consideração os limites da terra; e outra que destaca o realce que deve ser dirigido aos ecossistemas e aos sujeitos, inclusive às futuras gerações. Nesse âmbito, desde 1970, países de todo o mundo se organizam em grandes eventos internacionais para a discussão de agendas que incorporem o desenvolvimento sustentável e implementem protocolos e programas que afirmem o compromisso com a dita sustentabilidade (Pasqualotto et al., 2019).

Acerca disso, Krenak (2019) afirma que o desenvolvimento sustentável é uma maneira de as grandes corporações internacionais administrarem os debates e programas no campo, impondo por dentro os limites que cabem à sua contínua expansão em nome da economia. Ou seja, o discurso do desenvolvimento sustentável pode ser abarcado pelas duas concepções de agricultura, o que se coloca é a maneira pela qual sua construção se dará, tendo o agronegócio o objetivo de controle integral da produção, e a agricultura familiar a possibilidade de fazer um enfrentamento frente à destruição do seu projeto de campo e de vida.

Além desse apontamento, gostaríamos de demarcar que, ainda que defendamos a agricultura familiar sobretudo enquanto posicionamento político, a partir das práticas pertinentes que ela representa, não podemos desvincular a relação do termo família, sob o

qual é inclusive constituído enquanto categoria a partir de legislações e políticas públicas (Wanderley, 2009), da opressão colonial historicamente por ele carregada (Núñez, Oliveira & Lago, 2021). O que as autoras assinalam é que o conceito de família remonta a uma estrutura encerrada em si mesma, que abriga e viabiliza violências como o patriarcado e a misoginia, homogeneizando e cristalizando uma suposta naturalidade de uma configuração familiar.

Logo, defendemos aqui uma constante reflexão acerca dos conceitos postos, dado que, enquanto América Latina, devemos lutar fundamentalmente a partir do anticolonialismo, uma vez que a colonização é origem de, senão todas, da maioria das violências que até hoje vivenciamos. O trabalho T3/C2, ao trazer questões relacionadas à gênero, tenciona inclusive uma defesa romantizada da agricultura familiar, que é sim importante afirmação de resistência frente ao agronegócio, mas carrega problemáticas que devem ser encaradas e enfrentadas. Cabe apontar a expressão “agricultura camponesa” como conceito empregado por movimentos sociais, que centra seu modelo não na família, mas nos trabalhadores camponeses, e o forte uso da expressão “agricultura familiar” devido a sua adesão em políticas públicas (Caldart, 2009).

Considerações finais

As concepções de agricultura e agricultura familiar nas 3 edições do CLAPRU estiveram relacionadas à diferenciação entre agronegócio e agricultura familiar, na medida em que estes se distinguem enquanto organizações produtivas. Os trabalhos identificados pontuaram o agronegócio vinculado à estrutura capitalista e a inúmeros prejuízos sociais e ambientais, enquanto a agricultura familiar foi relacionada a um sistema que opera a partir de relações de coletividade e que traz benefícios integrais nas relações que se estabelecem na produção e relação com o território.

No entanto, a inconsistência na apresentação teórica dos modelos de agricultura representa uma fragilidade para a elaboração de intervenções no campo da Psicologia Rural. À uma psicologia que se propõe comprometida com as transformações da realidade, cabe a busca da radicalidade de suas práticas. Assim, observamos o necessário aprofundamento acerca das concepções de agricultura e seus impactos na vida de sujeitos e comunidades, sobremaneira porque representam projetos políticos para o país. Nesse sentido, buscar as concepções de agricultura contribui para a visualização das teorias e práticas às quais este campo tem se filiado e à inserção em campos política e pedagogicamente posicionados. Dessa

maneira, é relevante o reconhecimento e fortalecimento das bases da questão agrária para a intervenção pela Psicologia Rural, inclusive no projeto da Educação do Campo, que, apesar de estar inserida em diversas contradições, sustenta seu horizonte democrático e participativo.

Uma limitação desta pesquisa foi a ausência de discussões a partir das áreas de conhecimento dos trabalhos pesquisados, que seria importante tendo em vista a pluralidade que representa a constituição do campo da Psicologia Rural. No entanto, há de se considerar o consenso em relação às concepções de agricultura, que trazem um posicionamento nítido em relação ao que o campo compreende enquanto agronegócio e agricultura familiar, ainda que não haja um aprofundamento. Tal ausência sinaliza a importância de tomada de posição a partir do conhecimento dos projetos defendidos por cada modelo de agricultura e atenção aos seus impactos.

A questão agrária e o que diz respeito à constituição do subdesenvolvimento da América Latina têm ligação direta, representando estruturalmente a construção de nossos territórios. Assim, os horizontes vislumbrados pela Educação do Campo sinalizam o necessário posicionamento da Psicologia Rural frente a um projeto que aponte para a radicalidade enquanto alargamento de perspectivas e conquistas a partir da ampliação das lutas (Caldart, 2009). Uma vez que a Psicologia Rural busca as especificidades das ruralidades em diversos campos do conhecimento, pode abordar a Educação do Campo como experiência de área que, por estar intrinsecamente relacionada à concepção de agricultura de seu interesse, tem um posicionamento definido frente à busca por desenvolvimento e avanços com implicações concretas nos interesses da classe trabalhadora do campo.

Referências

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.

Caldart, R. S. (2009). Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(1), 35-64. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>

Dalmoro, M., Medeiros, L., Pauli, J., & Amarante, M. V. D. (2017). As lógicas dos produtores invisíveis: significados culturais na produção agrícola familiar. *Revista Eletrônica de Administração*, 23(3), 92-115. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.155.58137>

Delgado, N. G. (2012). Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. *Novos cadernos*, 15(1), 85-129. <https://doi.org/10.5801/ncn.v15i1.10830>

Galeano, E. (1988). *As veias abertas da América Latina*. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Góis, C. W. de L. (2005). *Psicologia comunitária: Atividade e Consciência*. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

IV Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural [CLAPRU]. (2019). *Memórias*. <https://doity.com.br/iv-clapru/blog/memorias>

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Landini, F. (2015). La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. In Landini, F. (Org.). *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 21-32). Buenos Aires: CLACSO. Recuperado de: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20150213020711/Hacia_una_psicologia_rural.pdf

Leite, M. L. S., Brito e Silva, K., Carvalho, A. V., & Leite, J. F. (2019). Sustentabilidade e questões ambientais: Uma revisão integrativa das produções do I e II Congressos Latino-americanos de Psicologia Rural. *Anais do III Congresso Latinoamericano de Psicologia Rural*. Bogotá, Colômbia, 3. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1hc7Mh1gFpqInWsd-s2UxQ2-orb087xRj/view?fbclid=IwAR1t0LiCl5RppvcC42KPXWtByHSwb2tp-YCJEmAe_RT2-ofYEBM_BnXDjwQ

Lima, A. F., Silva, E. G. A., & Iwata, B. F. (2019). Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. *Retratos de Assentamentos*, 22(1), 50-68. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332>

Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de psicologia*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>

Migliaro, A. (2015). Psicología rural: pensar lo que se hace y saber lo que se piensa. In Landini, F. (Org.). *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 239-250). Buenos Aires: CLACSO. Recuperado de: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20150213020711/Hacia_una_psicologia_rural.pdf

Molina, M.C., & Freitas, H. C. A. (2011). Avanços e desafios na construção da educação do campo. *Em aberto*, 24(85), 17-31. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.24i85.2483>

Moura Jr, J. F., Barbosa, V. N. M., Martins, & Bomfim, Z. A. C. (2019). Psicologia e contextos rurais no Brasil: interlocuções com a psicologia comunitária. *Revista Interamericana de Psicologia*, 53(2), 140-154. <https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v53i2.1054>

Nepomuceno, L. B., Ximenes, V. M., Cidade, E. C., Mendonça, F. W. O., & Soares, C. A. (2008). Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. *Psico*, 39(4), 456-464. Recuperado de: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/3532/3836>

Núñez, G. D., Oliveira, J. M., & Lago, M. C. S. (2021). Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. *Teoria e Cultura*, 16(3), 76-88. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2021.v16.34439>

Pasqualotto, N., Kaufmann, M. P., & Wizniewsky, J. G. (2019). *Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável*. Recuperado de: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18455>

Pessoa, V. M., & Rigotto, R. M. (2012). Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37(125), 65-77. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000100010>

Santos, C. E. F., Paludo, C., & Oliveira, R. B. C. (2010). Concepção de Educação do Campo. In Taffarel, C. N. Z., Santos Jr, C. L., & Escobar, M. O. (Orgs.). *Cadernos didáticos sobre educação do campo* (pp. 13-70). Salvador, BA: Editora UFBA. Recuperado de: <https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/cadernodidaticosobreeducacampo-130409224537-phpapp02.pdf>

Santos, M., & Glass, V. (2018). *Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll. Recuperado de: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf

Sauer, S. (2016). Luta pela terra e reforma agrária: a construção de espaços de cidadania no Brasil. In Dimenstein, M., Leite, J. F., Macedo, J. P., & Dantas, C. B. (Orgs.). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais* (pp. 45-69). São Paulo, SP: Intermeios.

Schneider, S. (2016). A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Redes: revista do desenvolvimento regional*, 21(3), 11-43. <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.8390>

Souza, J., Kantorski, L. P., & Luis, M. A. V. (2011). Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, 25(2), 221-228. <https://doi.org/10.18471/rbe.v25i2.5252>

Traspadini, R. (2018). Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. *Revista Direito e Práxis*, 9(3), 1694-1713. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/36657>

Wanderley, M. de N. B. (2009). *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre, RS: UFRGS. Recuperado de: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232612>

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 09/09/2023
Aprovado em: 20/05/2026
Publicado em: 01/07/2026

Received on September 29th, 2023

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 11	e17443	UFNT	2026	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------

Accepted on May 20th, 2026
Published on July, 01st, 2026

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Marcelo, C. M., & Ximenes, V. M. (2026). Concepções de Agricultura e Agricultura Familiar na Psicologia Rural: uma Revisão Integrativa. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 11, e17443.

ABNT

MARCELO, C. M.; XIMENES, V. M. Concepções de Agricultura e Agricultura Familiar na Psicologia Rural: uma Revisão Integrativa. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 11, e17443, 2026.